

Políticos são acusados de comprometer verbas

Secretário Nacional de Saneamento, Antônio Marsiglia, diz que recursos acabam não sendo usados na criação de redes de água e esgoto

CHICO OTÁVIO

RIO — Metade dos Cr\$ 124 trilhões destinados no orçamento federal deste ano para programas de saneamento está comprometida com emendas de políticos e não pode ser usada em obras prioritárias. A acusação é do secretário nacional de Saneamento, Antônio Marsiglia Neto, que lamenta não contar com estes recursos na implantação de redes de água e esgotos em centenas de municípios expostos a doenças transmissíveis, como a cólera e a malária. "Não há como tirar as verbas dos locais para onde foram aprovadas e aplicá-las em outros", informa.

Segundo o secretário disse ontem no Rio, as ações do governo são prejudicadas por falta de articulação entre os quatro órgãos encarregados de executá-las: Fundação Nacional de Saúde, Secretaria Nacional de Saneamento, Ministério da Integração Regional e Conselho Nacional do Meio Ambiente. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Brasil gastou US\$ 11 bilhões no ano passado para tratar de doenças que seriam facilmente evitadas com a simples oferta de água e esgoto.

Marsiglia participou ontem, de debate sobre cólera promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (Abes). O ressurgi-

mento de doenças consideradas erradicadas no Brasil, afirma a Abes, é uma demonstração da "fragilidade" do sistema de saneamento. A entidade citou estudos da Organização Mundial de Saúde para denunciar que a carência de água e esgoto é responsável por 80% das moléstias que afetam a população e 65% das internações hospitalares.

O secretário chamou de "extremamente elitista", os mecanismos de distribuição de recursos para o setor. Ele citou o ex-presidente do IBGE, Edmar Bacha, que chamou o Brasil de Belíndia, para afirmar que o atual governo "está querendo cortar os privilégios da Bélgica para mandar os recursos para a Índia". Pesquisa da Abes demonstra que o Sudeste é hoje a região do Brasil que apresenta a maior cobertura de esgoto sanitário, com 52,7% da população atendida, enquanto a região Norte é a menor, com apenas 2,2% dos habitantes favorecidos.

Embora tenham comprometido Cr\$ 60 trilhões com estas emendas, os parlamentares não demonstram interesse pelo assunto. Até hoje, eles não votaram o projeto-lei 053, que cria a Política Nacional de Saneamento. O projeto está tramitando no Congresso há quatro anos. Já passou por duas comissões e hoje está sendo apreciado pela comissão de seguridade social. "Lamentavel-

mente, o surto da cólera e outras doenças transmissíveis não foram suficientes para sensibilizar as nossas autoridades e apressar a votação", denunciou a Abes.

Enquanto aguarda, Marsiglia ajuda o governo a montar outro projeto, o Plano Nacional de Ambiente e Saúde, encomendado por Itamar Franco para estabelecer uma ação integrada entre os órgãos do setor. Segundo ele, o trabalho foi lançado por sugestão da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que teria apontado o saneamento como prioridade estratégica para o Brasil. O plano, explicou, é uma ação conjunta de todos os países latinos e prevê, somente no Brasil, investimentos de US\$ 35 bilhões em 12 anos.

Malária — A Superintendência de Controle de Endemias (Sucen) já localizou 12 pessoas contaminadas com malária, na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul. A malária era considerada uma doença extinta no Estado desde a década de 60. Segundo disse, em Castilho, a chefe do serviço preventivo na região de Andradina, Maria Moura, o atual surto da doença é o maior nos últimos 30 anos.

Várias equipes da Sucen estão visitando a área próxima às margens do Rio Paraná coletando sangue de pessoas que apresentam sintomas da malária.

Carlão Limeira/AE



Falta de interesse

Marsiglia: "O surto de cólera e outras doenças não foram suficientes para sensibilizar as autoridades"

Metade dos leitos de SP está desativada

Mais de 50% dos leitos da rede privada de saúde do Estado estão desativados por falta de recursos do governo federal, segundo o presidente em exercício do Sindicato dos Hospitais do Estado de São Paulo, Dante Montagnana.

"Os números na rede pública também devem estar perto disso", garantiu. "A diária paga, por exemplo, para uma internação, de Cr\$ 68 mil, é indecente", disse. "Com essa verba temos que dar ao paciente café da manhã, almoço, lanche, jantar, serviço de limpeza e material de consumo."

Segundo Montagnana, a situação vai piorar ainda mais com o anúncio de que os recursos orçamentários do governo federal para atender o funcionamento normal do sistema só chegam até julho. "Será o caos na saúde de São Paulo e de todo o País", afirmou.